



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## **NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE RISCOS PELA EXPERIÊNCIA NA VILA JOANINHA, DIADEMA/SP**

Luciana Nicolau Ferrara<sup>1</sup>; Aline Conceição Abrantes da Silva<sup>2</sup>; Ana Clara Oliveira de Araújo<sup>3</sup>; Veridiana Emília Godoy<sup>4</sup>; Alessandra Silveira Person<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC), luciana.ferrara@ufabc.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC), aline.abrantes@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo (USP), clara.oliveiradearaujo@usp.br

<sup>4</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC), veridiana.e.godoy@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC), alessandra.person1@gmail.com

### **GT 05: Aspectos críticos, oportunidades e desafios para o enfrentamento da crise climática**

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta reflexões sobre a experiência de construção do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) da Vila Joanhina<sup>1</sup>, em Diadema/SP, como alternativa aos modelos convencionais de gestão de riscos socioambientais. A partir de uma metodologia participativa, foram realizadas oficinas, caminhadas e levantamento casa a casa, que revelaram uma leitura situada dos riscos enfrentados no território. O processo evidenciou a importância de incorporar os saberes populares na produção de diagnósticos e soluções, desafiando abordagens *top-down* e promovendo práticas político-pedagógicas de fortalecimento comunitário. O estudo discute o conceito de multirrisco e propõe a articulação entre técnica e participação como chave para políticas públicas mais justas e eficazes em contextos de vulnerabilidade urbana e adaptação climática.

**Palavras-chave:** gestão de riscos; urbanização de favelas; multirrisco; planejamento participativo; justiça ambiental.

---

<sup>1</sup> O PCRA Vila Joanhina conta com o apoio da Fundação de Apoio à Fiocruz (Fiotec), na concessão de bolsas de extensão para a equipe do plano, e está inserido como uma das iniciativas do Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA), da UFABC.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## Destaques (highlights)

- O PCRA da Vila Joantina propõe uma ruptura com o paradigma técnico convencional, ao valorizar o protagonismo comunitário na leitura de riscos socioambientais.
- A leitura comunitária territorial e participativa revela questões invisibilizadas pelos mapeamentos tradicionais e fortalece a incidência política dos moradores.
- O conceito de multirrisco é mobilizado para integrar dimensões ambientais, sociais e territoriais na análise de vulnerabilidades urbanas.
- A experiência aponta para a necessidade de incorporar a gestão de riscos como política habitacional e não apenas emergencial, com base em práticas de escuta e coprodução.

## INTRODUÇÃO

Os riscos socioambientais em favelas e comunidades urbanas são frequentemente tratados por meio de abordagens técnicas, que visam lidar com o fato e não com suas causas geradoras, além de não levar em consideração a complexidade socioterritorial. Essa racionalidade, amplamente difundida em políticas públicas de gestão de riscos de desastres no Brasil, representou, por um lado, avanços relevantes na identificação e classificação de riscos, informando as políticas de intervenção e urbanização. Por outro lado, essa abordagem se mostrou insuficiente, pois tende a desconsiderar os modos de habitar, os circuitos cotidianos e os vínculos comunitários que constituem a vida nas periferias urbanas. A classificação de setores inteiros como “área de risco” – muitas vezes elaborada a partir de imagens aéreas ou levantamentos topográficos descolados do território vivido – reforça a invisibilização das populações afetadas e frequentemente legítimas intervenções autoritárias, como remoções de moradia ou obras padronizadas, que ignoram as dimensões subjetiva, simbólica e social dos riscos.

Sulaiman et al. (2021) discutem como as metodologias das avaliações de riscos mudaram ao longo do tempo, incorporando a dimensão da vulnerabilidade e sua construção social, resultado de um conjunto de aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos. Soma-se o entendimento de que as políticas públicas e a gestão de riscos devem incluir seu reconhecimento por parte das pessoas potencialmente afetadas, suas dinâmicas e formas de organização para conviver e saber atuar em situações de risco.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Nesse sentido, o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), tem promovido experiências-piloto de implementação de uma nova política pública voltada à gestão comunitária de riscos, no âmbito da estratégia Periferia Sem Risco. Essa iniciativa parte do reconhecimento do protagonismo comunitário como condição central para o enfrentamento territorializado e participativo das situações de risco, bem como para a construção de respostas locais diante da crise climática.

Este trabalho apresenta reflexões a partir da construção de uma dessas experiências em andamento, o Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) da Vila Joaninha, em Diadema/SP. O plano abordado é fruto de uma articulação da SNP com a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Diadema (SHDU-Diadema) e a Universidade Federal do ABC (UFABC), por meio do Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA), e conta com a participação ativa de um grupo de lideranças do território e com o engajamento de moradoras e moradores para colaboração nas atividades. O PCRA tem se mostrado uma experiência singular de leitura participativa do território, baseada em metodologias de escuta ativa, caminhadas comunitárias e levantamento casa a casa dos riscos percebidos e vividos. A proposta parte do reconhecimento da centralidade dos saberes populares na identificação dos riscos cotidianos, apostando na mobilização das famílias, na memória coletiva e nos circuitos afetivos e de cuidado que estruturam o território para uma gestão eficaz dos riscos (Brasil, 2025, p. 33). Nesse processo, os riscos deixam de ser vistos como fenômenos naturais, e articula-se uma abordagem técnica com a compreensão de sua construção social e política – atravessadas por desigualdades históricas, práticas de ocupação e ausência de políticas públicas efetivas.

Este artigo busca discutir as diferentes abordagens entre os modelos técnicos convencionais de mapeamento de risco e a leitura comunitária realizada no processo de construção do PCRA da Vila Joaninha, onde sem prescindir da análise técnica, são incorporadas metodologias participativas que se configuram como instrumentos técnico-políticos na chave da leitura do conceito de multirrisco. Segundo Sulaiman et al. (2021), a noção de multirrisco pode ser interpretada a partir da sobreposição e articulação entre distintas formas de risco: ambientais, sociais e territoriais que incidem de modo concentrado sobre populações vulnerabilizadas. Essa convergência de riscos variados, que se agrava em situações de moradia com maior

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

vulnerabilidade, expressa um padrão de injustiça ambiental, em que grupos sociais historicamente marginalizados vivem em áreas expostas a múltiplos perigos, como degradação ambiental, ausência de infraestrutura urbana e proximidade a fontes poluidoras, o que evidencia a interdependência entre risco ambiental e desigualdade social (Cartier et al., 2009). Partimos da hipótese de que a participação direta dos moradores no reconhecimento e nomeação dos riscos produz não apenas diagnósticos mais precisos e contextualizados, mas também fortalece a agência política dos sujeitos e sua capacidade de negociação e incidência sobre o território.

## **METODOLOGIA**

Este artigo é construído com base em um relato de experiência prática, apoiado por revisão bibliográfica. A análise empírica refere-se ao processo de formulação do PCRA da Vila Joantina, em Diadema/SP, entre 2024 e 2025. O trabalho envolveu participação direta nas oficinas de leitura comunitária, caminhadas territoriais, reuniões de formação e escuta com moradores, além do acompanhamento dos produtos coletivamente elaborados. A metodologia de pesquisa está ancorada em uma abordagem qualitativa e dialógica (Minayo, 2009). A sistematização da experiência dialoga com os fundamentos da cartografia social (Acsehrad, 2008) e das metodologias participativas aplicadas ao planejamento urbano (Magalhães, 2014).

A concepção dos riscos socioambientais como fenômenos meramente naturais ou tecnicamente diagnosticáveis tem sido amplamente questionada. Acsehrad (2010) propõe o conceito de territorialização dos riscos para evidenciar como desigualdades sociais se manifestam espacialmente, produzindo exposições diferenciadas a desastres. O risco, assim, é construção social e política, associada à precariedade urbana e à ausência de políticas públicas. Autores como Oliver-Smith (1996) e Wisner et al. (2004) desenvolvem a noção de produção social do desastre, indicando que os efeitos de eventos extremos são intensificados pela vulnerabilidade pré-existente, especialmente em contextos de urbanização desigual. O risco passa a ser entendido como processo contínuo, agravado pela omissão ou seletividade do poder público.

Na política urbana, Rolnik (2015) critica o uso instrumental de representações técnicas como os mapas de risco, que, ao classificarem determinadas áreas como inaptas à urbanização, frequentemente justificam remoções forçadas e ignoram os vínculos sociais, produtivos e afetivos que os moradores mantêm com o território. De forma complementar, Vainer (2008),

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ao analisar os conflitos envolvendo grandes empreendimentos, como barragens, observa que a delimitação cartográfica dos impactos tende a restringir o reconhecimento dos atingidos, desconsiderando formas amplas de afetação e legitimando intervenções autoritárias. Em ambos os casos, os mapas técnicos, quando elaborados sem a participação dos sujeitos envolvidos, podem se transformar em instrumentos de invisibilização e exclusão.

É nesse ponto que a proposta metodológica do PCRA da Vila Joantina se destaca: ao priorizar a leitura territorial feita por quem vive o risco, casa a casa, a partir da escuta e do diálogo, rompe com a lógica cartográfica tradicional. O saber técnico é colocado em diálogo com os saberes populares, produzindo conhecimento situado, relacional e voltado à ação coletiva. A metodologia reconhece a dimensão política da produção do risco e aposta na coprodução de soluções. Essa abordagem articula planejamento participativo, justiça ambiental e educação popular, com raízes na pedagogia freireana e nas práticas territoriais de movimentos urbanos (Fernandes, 2011). Ao transformar o mapeamento em processo de escuta e formação, o PCRA se configura como instrumento político-pedagógico, que reconfigura a relação entre território, risco e cidadania.

A leitura dos riscos socioambientais considera aspectos geotécnicos e hidrológicos: proximidade de cursos d'água, tipo de solo e padrão construtivo são fatores determinantes na classificação dos setores de risco, segundo metodologia técnica adotada em Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs). Esses setores são classificados entre R1 (baixo risco) e R4 (risco muito alto), conforme critérios como suscetibilidade a desastres, qualidade construtiva e grau de exposição. As diretrizes estão na publicação Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios (Brasil, 2007).

Tais mapeamentos, como aponta Acselrad (2010), raramente envolvem os moradores na produção das informações ou consideram a historicidade dos assentamentos. Na prática, operam como instrumentos de gestão despolitizada que silenciam conflitos e desmobilizam resistências. Como observa Rolnik (2015), os planos formais impõem representações técnicas que tornam invisíveis as práticas de vida dos territórios populares.

O PCRA da Vila Joantina busca articular análise técnica e leitura comunitária. A metodologia se baseia em oficinas, caminhadas orientadas pelas memórias dos moradores, levantamento

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

casa a casa de problemas e potencialidades e elaboração coletiva de mapas. Cada morador é convidado a relatar como vive o risco, episódios passados, formas de proteção e apoio mútuo.

Essa escuta ativa permitiu identificar riscos invisibilizados pelos diagnósticos técnicos, como a precariedade da infraestrutura, o isolamento de serviços, a perda de renda, a insegurança urbana e a ansiedade diante da regularização fundiária. Também revelou impactos de novas ocupações sobre áreas previstas para uso institucional e de lazer, comprometendo a infraestrutura do entorno. O risco, assim, revela-se relacional, político e afetivo, e não apenas físico.

Neste artigo, será apresentada somente a leitura comunitária dos riscos geotécnicos. Tal leitura permitiu tensionar a noção de “área de risco”, distinguindo casas efetivamente expostas daquelas situadas em condições seguras. Essa nuance é fundamental para enfrentar lógicas generalizantes que sustentam remoções em massa, como discute Fernandes (2011) ao tratar dos direitos urbanísticos nas periferias. Em disputa está o direito de nomear o risco e de traduzi-lo em políticas públicas.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da metodologia do PCRA Vila Joaninha, foram identificados e sistematizados elementos centrais sobre as dinâmicas socioambientais do território, os riscos existentes e as estratégias comunitárias de enfrentamento. Para isso, foram realizadas caminhadas diagnósticas, oficinas temáticas e visitas casa a casa, que possibilitaram a construção coletiva de uma leitura crítica do território, articulando saberes técnicos e populares. A análise de risco partiu de dois mapeamentos anteriores elaborados sobre as situações de risco, sendo um deles elaborado por empresa contratada pela Prefeitura de Diadema, em 2024 (Figura 1), que classificou toda a área como de risco, a partir de grandes manchas; e um segundo produzido no contexto de um estudo piloto da SNP para implantação de Soluções Baseadas na Natureza (SbNs) em periferias, que utilizou uma metodologia mais aproximada ao território e reduziu a classificação para poligonais menores.

A partir dessas poligonais menores, o levantamento de campo realizado pela equipe do PCRA, com a contribuição de dois engenheiros ambientais e urbanos, mapeou 27 setores no Sítio Joaninha (Figura 2), dos quais 21 foram classificados como de risco médio (R2) e seis como de risco alto (R3), principalmente em áreas com taludes expostos, cortes desprotegidos, drenagem

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

inadequada e ocupações em encostas instáveis. As principais causas associadas aos riscos incluem a má gestão de águas pluviais e servidas (presente em 18 setores), a exposição de cortes e encostas (em 12 setores) e a precariedade das moradias. A necessidade de monitoramento contínuo foi indicada em 21 setores, evidenciando a urgência de intervenções tanto técnicas quanto sociais.

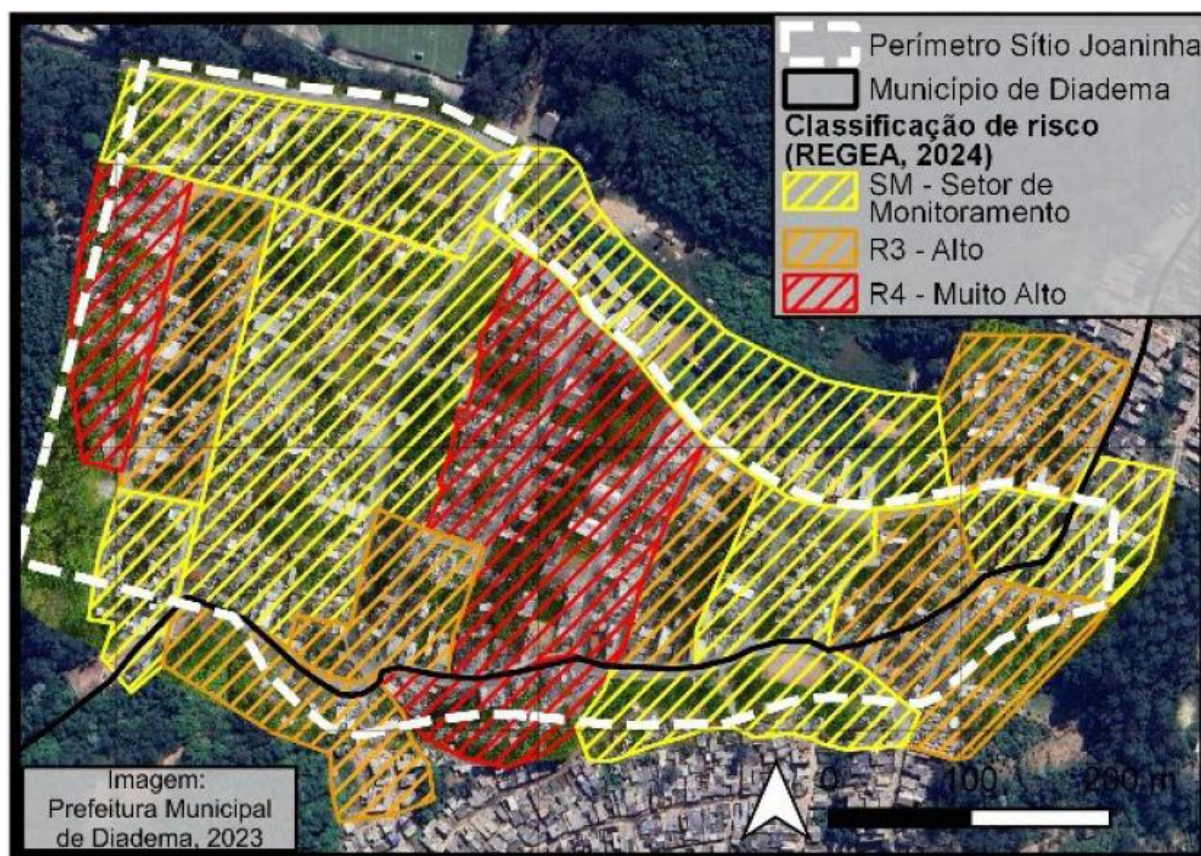


Figura 1 – Mapa de Riscos da Vila Joaquina. Fonte: Prefeitura Municipal de Diadema, 2024.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA



Figura 2 - Mapa de Setorização de Riscos Técnico-Comunitário. Fonte: Equipe PCRA da Vila Joaquina, 2025.

A comparação entre os dois mapas evidencia as potências e tensões entre as abordagens top-down e bottom-up do planejamento territorial, e o resultado do uso de diferentes métodos, amplamente discutidas na literatura sobre governança urbana e gestão participativa (Fainstein, 2010; Fischer, 2000), destacando a incorporação de dimensões sociais e ambientais no trabalho do PCRA, sem prescindir do rigor técnico. A redução dos setores classificados como de risco no território, quando analisada em detalhe e dialogada com a percepção comunitária, revela a potência da articulação entre o conhecimento técnico e o saber popular na defesa do direito à cidade. Esse processo contribui tanto para o fortalecimento das capacidades comunitárias no enfrentamento das situações de risco e das múltiplas vulnerabilidades socioambientais historicamente enfrentadas, como para a instrumentalização da população na luta pela regularização fundiária.

Com base nas análises realizadas acerca dos setores de risco, foram definidas diretrizes para a sua mitigação, contemplando ações como controle de cortes em taludes, reforço de estruturas,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

implantação de sistemas de drenagem, técnicas para estabilização de encostas, além de atividades de educação ambiental e diálogo comunitário. Essas estratégias foram organizadas em ações estruturais e não estruturais, considerando tanto a escala dos lotes, quanto a escala do bairro, reunindo cerca de 20 propostas, distribuídas em macro temas como gestão de riscos, saneamento, infraestrutura urbana, lazer e organização da ocupação. Elas foram categorizadas segundo o tipo – estrutural ou não estrutural –, a escala – lote ou bairro – e o prazo de execução – curto, médio ou longo.

Dentre as estratégias não estruturais, e diante das dificuldades de mobilização da população como um todo, destacam-se a formação de uma Comissão de Gestão Comunitária de Riscos, com participação ativa das mobilizadoras comunitárias e representantes por rua, que foram capacitados para acompanhar as famílias cujas moradias estão em setores de risco; e ações educativas sobre descarte adequado de resíduos, além do encaminhamento de ofícios à Prefeitura de Diadema com reivindicações específicas. Como exemplo de medidas estruturais e de intervenção direta no território, que dependem da ação do poder público, podem ser citadas as demandas para implantação de áreas de lazer e verdes e de instalação de um ecoponto e a necessidade de intervenções para instalação de sistemas de drenagem, ampliação da rede de esgotamento sanitário e adoção de Soluções baseadas na Natureza (SbNs).

Na etapa atual do PCRA, tais estratégias estão sendo detalhadas e debatidas com os moradores e com a equipe da SHDU-Diadema, buscando estruturar sua implementação, identificando modos de facilitar o processo de monitoramento e acompanhamento após a conclusão do documento. No âmbito da regularização fundiária, já há um diálogo em andamento com o setor responsável por este pleito, com entendimento de que as ações desenvolvidas podem contribuir para o avanço nesta demanda, pois a análise pormenorizada dos setores de risco revelou menos moradias abrangidas por fatores geotécnicos-geológicos do que os estudos anteriores. Observa-se que as medidas para sanar essas situações estão centradas, especialmente, no manejo sobre as formas de ocupação dos terrenos, em intervenções de melhorias habitacionais para garantir habitabilidade e segurança às famílias e no disciplinamento das águas pluviais e servidas.

O caso da Vila Joaninha evidencia a potência transformadora das metodologias participativas aplicadas à gestão de riscos e planejamento urbano. Ao reconhecer os moradores como sujeitos cognoscentes e produtores de conhecimento, o PCRA busca fortalecer as práticas comunitárias,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de forma que a interlocução entre moradores e prefeitura ocorra de forma qualificada e informada. Ao mesmo tempo, o PCRA aponta para a necessidade de revisão das práticas de gestão de risco do poder público, indicando a necessidade de incorporá-la como parte da política habitacional, como elemento estruturante da ação municipal, e não como ação emergencial somente. Essa mudança não é apenas metodológica, mas epistêmica e política. Contudo, esse processo não ocorre livre de conflitos e contradições pois, a apesar de Diadema ser um município com histórico progressista de políticas habitacionais, está sob gestão de um partido político conservador que, até o momento, não explicitou como atuará em relação aos temas do risco e da regularização fundiária de interesse social.

Esse modelo de construção coletiva dos planos de redução de risco coloca desafios à política urbana vigente, que opera por instrumentos verticalizados e escassamente articulados aos territórios. A produção de políticas públicas em territórios vulnerabilizados exige práticas de escuta, negociação e construção coletiva, com ênfase na formação de redes locais de proteção e cuidado.

Além disso, o caso da Vila Joantina revela que a leitura comunitária não se limita à denúncia da precariedade, mas constitui um processo de fortalecimento da cidadania e da capacidade de ação coletiva. Ao construir mapas, narrativas e prioridades de intervenção, os moradores passam a disputar o espaço público com maior legitimidade, colocando suas demandas em diálogo com o Estado.

Esse tipo de iniciativa se alinha aos princípios da justiça ambiental (Acsehrad et al., 2009), ao promover o reconhecimento dos direitos de populações historicamente excluídas e sua participação nas decisões que afetam sua vida. Ao mesmo tempo, desafia o modelo de planejamento urbano baseado em obras e infraestrutura, propondo um planejamento relacional, educativo e territorializado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de construção do PCRA da Vila Joantina aponta para um deslocamento necessário e urgente nas formas de pensar e agir sobre o risco socioambiental nas cidades brasileiras. Ao substituir o mapeamento técnico-setorial por uma leitura comunitária-técnica territorializada, o processo evidencia que o risco não pode ser reduzido à sua dimensão física ou à sua representação cartográfica. Pelo contrário, ele está enraizado nas relações sociais, nas

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

histórias locais, nos circuitos de cuidado e nas formas de habitar o território, e esse elementos são fundamentais para indicar as possíveis soluções para a redução de riscos e para a adaptação climática.

Nesse sentido, esta experiência constitui uma ruptura epistêmica com os paradigmas hegemônicos do planejamento urbano e da gestão de riscos, ao reconhecer a centralidade dos saberes populares na construção de diagnósticos e soluções. A escuta qualificada, o levantamento caso a caso das condições de moradia e as metodologias participativas empregadas demonstram que só é possível construir respostas eficazes aos desastres socioambientais se houver participação substantiva das comunidades afetadas.

Mais do que um plano técnico, o PCRA se apresenta como um instrumento político-pedagógico: político, porque incide sobre disputas de poder em torno da definição dos riscos e das prioridades de intervenção; pedagógico, porque promove processos de formação, de reconhecimento de direitos e de valorização dos conhecimentos locais. Como prática de planejamento, ele reposiciona os moradores não como beneficiários, mas como protagonistas na gestão de seus territórios.

O caso da Vila Joaninha também desafia os gestores públicos e técnicos a reverem seus procedimentos e posturas, abrindo-se a escutas mais horizontais e a práticas co-construtivas. Frente à intensificação dos eventos climáticos extremos e ao aprofundamento das desigualdades urbanas, experiências como esta sinalizam caminhos possíveis para uma cidade mais justa e sensível às especificidades de seus territórios.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Orgs.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. O que é Justiça Ambiental. 1º. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. Percepção de riscos e construção social de vulnerabilidade. *In*: MIRANDA, A. C.; PHILIPPI JR., A. (Orgs.). Gestão de riscos e desastres. São Paulo: Manole, 2010.

BRASIL. Planos comunitários de redução de riscos e adaptação climática [livro eletrônico]: conceitos, potencialidades e perspectivas / Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. -- Brasília, DF : Ministério das Cidades, 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios / Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Agostinho Tadashi Ogura (orgs.). Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/185>. Acesso em: jul. 2025.

CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, pp. 2695–2704, dez. 2009.

FAINSTEIN, S. S. The Just City. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

FERNANDES, E. Direito urbano e democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FISCHER, F. Citizen participation and the democratization of policy expertise: From theoretical inquiry to practical cases. Policy Sciences, v. 33, n. 3-4, p. 267-292, 2000.

MAGALHÃES, F. de. Planejamento urbano participativo. Brasília: Caixa, 2014.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2009.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SULAIMAN, S. N. (Coord). GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, v.1. 154p., 2021.

OLIVER-SMITH, A. The Martyred City: Death and Rebirth in the Andes. AMIS, 1996.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, p. 39–63, 2008.

WISNER, B.; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I. A construção social dos desastres: por que acontecem os desastres? Tradução: Claudia Freitas. 1. ed. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2012. (Original: At Risk: Natural Hazards, People’s Vulnerability and Disasters, 1ª ed., 1994; 2ª ed., 2004).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

